

QUIRINO AVELINO DE JESUS,
UM CATÓLICO «PRAGMÁTICO»:
NOTAS PARA O ESTUDO CRÍTICO DA RELAÇÃO
EXISTENTE ENTRE PUBLICISMO E POLÍTICA (1894-1926)

ERNESTO CASTRO LEAL *

I. ÂMBITO

É objectivo destas notas apresentar os primeiros resultados de um projecto de investigação em curso sobre a projecção pública de Quirino Avelino de Jesus (1865-1935), tomando por base a área do publicismo político que exerceu assiduamente na imprensa periódica, entre 1893 e 1932. Tal contribuirá (cremos) para perceber a sua atitude política de católico «pragmático» e interveniente, bem assim os campos da vida portuguesa que lhe interessaram, quer enquanto matéria de estudo, quer como palcos de agitação pública ou até como meios de acesso a zonas do poder de Estado.

Deste modo, procurou-se carrear, na presente fase de pesquisa, elementos para a (re)construção da sua história biográfica e do seu pensamento organizado, *com saliência para reivindicações públicas dos católicos*, no interior dos campos políticos onde sucessivamente se inseriu — umas vezes intimamente ligado às parcialidades políticas católicas (Centro Católico Parlamentar e Centro Nacional), outras vezes incorporado no Partido Regenerador ou actuando no Grupo «Seara Nova» —, mas sempre guiado pela problemática social constante na Encíclica *Rerum Novarum* (de 15 de Maio de 1891) do Papa Leão XIII ¹ e pela política do *ralliement* estabelecida desde a Carta

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Para averiguar a audiência desta Encíclica no meio português, cfr. J. Pinaranda Gomes, «A recepção da encíclica 'Rerum Novarum' em Portugal (1891-

apostólica *Au milieu des sollicitudes* (de 16 de Fevereiro de 1892) enviada aos Bispos franceses e reafirmada na Encíclica do Papa Bento XV dirigida aos Bispos portugueses a 18 de Dezembro de 1919.

A espessura temporal surpreendida, ao longo deste artigo, medeia entre Janeiro de 1894 (aparecimento da revista *Portugal em África*, onde era explicitamente director de publicação) e 13 de Maio de 1926 (fim da colaboração na revista *Seara Nova*). A participação de Quirino no período posterior à Revolução de 28 de Maio de 1926 exige ainda uma convergência de investigações, quer a nível da área-Estado quer a nível da área-sociedade civil, que estão longe de fornecer dados seguros, caso se pretenda excluir visões conspirativas da História.

II. FRAGMENTOS DE IDENTIDADE

Funchalense, radicado em Lisboa desde finais de 1892, Quirino de Jesus enraizou-se, de forma persistente e continuada, na área de opinião pública que propunha a prática de uma mentalidade política assente nos princípios da Espiritualidade católica, da Nação organizada, do Estado forte e de um Império colonial vitalizado, enunciando, para a governação pública, a inevitável sequência escalonada de quatro prioridades (financeira, económica, social e político-constitucional).

Podemos considerá-lo um «mentor de opinião», que se fez respeitar junto de sectores diversos da elite portuguesa (religiosa, intelectual, política, empresarial ou militar), criando «carisma», pelas ressonantes advertências críticas que ao longo do tempo foi produzindo. Havia de sofrer a oposição violenta (mas de natureza diferente) por parte de dois destacados vultos da política nacional: o engenheiro civil monárquico José Fernando de Sousa, «Nemo» (1855-1942) e o engenheiro militar republicano Francisco da Cunha Leal (1888-1970).

1. Registos de uma história de vida

Não se tratando, neste momento, de efectuar o inquérito sistemático ao percurso político-ideológico, atente-se em aspectos do

-1900)», *Separata de Humanística e Teologia*, tomo XII, fascículo 2, Porto, 1991, pp. 1-59. Para uma historicidade da posição papal sobre a «condição operária», cfr., por exemplo, Augusto da Silva, «Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja», *Análise Social*, 4.ª série, vol. XXVIII, n.º 123-124, Lisboa, 1993, pp. 775-786.

homem e suas circunstâncias, para se compreender as «respostas» dadas às várias «situações» vividas.

O assento de baptismo de Quirino regista, explicitamente, o nascimento a «dez de novembro de mil oitocentos sessenta e cinco, às onze horas da noite» e o baptismo «aos onze dias do mês de Junho de mil oitocentos sessenta e seis nesta paroquial igreja de Santa Maria Maior, concelho e diocese do Funchal», sendo padrinho o comerciante Manuel dos Santos, morador no Pombal²; logo, nasce a 10 de Novembro de 1865, e não em 1855 como por vezes se divulga, o que aliás se pode também ler nos únicos registos biográficos saídos em vida de Quirino³. Seus pais eram Manuel de Jesus, proprietário, e Quirina Augusta de Jesus, sendo neto paterno de Manuel de Jesus e de Francisca do Nascimento, e materno de Joaquim Rodrigues e de Eufrazia do Monte. À data do nascimento, os progenitores viviam no sítio do Bom Sucesso, pertencente à freguesia de Santa Maria Maior, concelho do Funchal, aí residindo o jovem Quirino até Outubro de 1887, altura em que se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Quase todos os dados biográficos disponíveis insistem no devotado Catolicismo da Família e na sua grande motivação para o estudo, o que teria levado o Pai a inscrevê-lo no Seminário Diocesano do Funchal. Este tinha passado por uma profunda reorganização, dinamizada pelo Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, e quando Quirino o frequentou estava sob a direcção do Padre Ernesto Schmitz, da Congregação de S. Vicente de Paulo. Aí permaneceu até ao 2º ano do Curso Teológico, findo o qual decidiu não continuar.

1.1. No ocaso da Monarquia

A referida biografia inserta no órgão oficial do Centro Católico Português assinala que os «respectivos superiores projectaram mandá-lo frequentar a Universidade Gregoriana de Roma». Optou, contudo,

² ARQUIVO REGIONAL, Região Autónoma da Madeira. Assento n.º 69 do Livro n.º 13 dos Baptisados da Paróquia de Santa Maria Maior, Funchal (ano de 1886), folhas 24 e 24 verso.

³ Na única biografia publicada em vida de Quirino, por nós conhecida, está correctamente referida a data de 10 de Novembro de 1865 para o seu nascimento; cfr. «Dr. Quirino Avelino de Jesus», in *A União*, «órgão oficial do Centro Católico Português», Lisboa, ano I, n.º 39, 30 de Outubro de 1920, p. 4.

por realizar os preparatórios no Liceu do Funchal em 1886-1887, para ingressar na Universidade, o que aconteceria no ano lectivo de 1887-1888.

Em Coimbra habitou quartos na Couraça dos Apóstolos, nº 90 (no 1º e 2º anos), na Rua de Sá de Miranda, nº 35 (no 3º e 4º anos) e na Rua dos Anjos, nº 2 (no 5º ano), entre 1887 e 1892. Durante o tempo em que cursou na Universidade, não se conhece qualquer actividade de natureza publicista ou tomada de posição política, mesmo no ano de 1890, quando o País vibrou por breve momento, é certo, com o «Ultimatum» inglês. A sua vida escolar universitária averba nos anos lectivos de 1887-1888, 1889-1890 e 1890-1891, respectivamente, 1º, 3º e 4º anos, a menção «declarado distinto»⁴.

Entre os estudantes matriculados para o 1º ano do curso de Direito da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1887-1888, com os quais Quirino haveria de ter envolvimento de vária natureza, estavam Afonso Costa (as contingências da sua militância política fariam com que terminasse o curso posteriormente a Quirino, em 1895), Manuel Bernardo Borges de Azevedo Enes (um amigo açoreano que estará também no corpo redactorial de *Portugal em África* e será secretário dessa revista entre 1899 e 1901), Agostinho de Campos, Alberto de Oliveira, Joaquim Nunes Mexia e Francisco Manuel Couceiro da Costa Júnior.

Para se compreender a utilidade jurídica de Quirino, interessa registar os Professores que teve ao longo do curso, feito em sequência normal: Avelino César Augusto Calisto (Filosofia do Direito), Bernardo de Albuquerque e Amaral (Exposição Histórica do Direito Romano) e Pedro Castelo Branco (História e Princípios Gerais do Direito Civil Português), no 1º ano; Manuel Emídio Garcia (Princípios Gerais do Direito Público), Manuel Nunes Giraldes (Economia Política e Estatística) e José Augusto Sanches da Gama (Direito Civil Português), no 2º ano; José Frederico Laranjo (Princípios Gerais e Legislação Portuguesa sobre a Administração Pública), António Assis Teixeira de Magalhães (Ciência e Legislação Financeiras) e José Joaquim Lopes Praça (Direito Civil Português), no 3º ano; José Brás de Mendonça Furtado (Direito Eclesiástico Comum e Privativo da Igreja Portuguesa), José Joaquim Fernandes

⁴ Cfr. *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888 a 1892.

Vaz (Direito Comercial Português) e Manuel de Oliveira Chaves e Castro (Organização Judicial - Teoria das Acções - Processo Civil Ordinário), no 4º ano; José Pereira de Paiva Pita (Direito Eclesiástico Português), António Cândido Ribeiro da Costa (Princípios Gerais de Direito Penal e Legislação Penal Portuguesa) e Manuel Emídio Garcia (Processo Civil e Prática Judicial), no 5º ano ⁵.

A corrente doutrinal hegemónica nesses Professores era já a sociologia jurídica positivista e, em termos político-ideológicos, inscreviam-se quase todos no Partido Progressista. Destaque-se José Frederico Laranjo, fundador desse partido, deputado de 1878 a 1898, nomeado nessa data Par do Reino, e também José Joaquim Fernandes Vaz, várias vezes Governador Civil de Coimbra, deputado e nomeado Par do Reino em 1881. Aí se encontrava igualmente o republicano Manuel Emídio Garcia, grande propagador do Positivismo na filosofia e no ensino do Direito. Deve notar-se que Quirino nunca seria seduzido pelo Partido Progressista (apesar de ser amigo de alguns dos seus mentores, como Henrique de Barros Gomes ou José Maria de Alpoim), militando, pelo contrário, no Partido Regenerador, que haveria de dispôr, somente nos finais da década de 90 do século XIX e princípios do novo século, de grande audiência junto de uma nova «geração» de Lentes da Faculdade de Direito de Coimbra, ao mesmo tempo que outros defendiam explicitamente o ideal republicano, como Guilherme Moreira e Afonso Costa ⁶.

Concluído o curso, este novo bacharel em Direito radicou-se em Lisboa, abrindo escritório de advogado, em finais de 1892, na Rua Nova do Almada, nº 80 - 2º Esq.º, apesar de nunca se ter dedicado a tempo inteiro à actividade forense ⁷. Casou com D. Elisa Azevedo

⁵ *Ibidem.*

⁶ Cfr., tendo em vista a recepção das correntes sociológicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o estudo de Manuel Braga da Cruz, «Para a história da sociologia académica em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LVIII, *Estudos em homenagem aos Profs. Doutores M. Paulo Merêa e G. Braga da Cruz*, tomo II, Coimbra, 1982, pp. 73-119; para o enraizamento político de alguns desses Professores e da «geração» seguinte, cfr. o estudo de Guilherme Braga da Cruz, *A Revista de Legislação e de Jurisprudência/Esboço da sua história*, Publicação comemorativa do Centenário da Revista (1868-1968), Coimbra, 1975, pp. 155 e seguintes.

⁷ A morada do seu escritório de advogado apareceu, pela primeira vez, num anúncio publicitário inserto no diário católico *Correio Nacional*, de Lisboa, em 11 de Outubro de 1893, e figura no *Anuário/Almanaque Comercial* a partir do ano de

Drumond de Meneses de Jesus, também natural da Madeira, e terá 6 filhos: D. Maria das Mercês Drumond de Menezes de Jesus, Dr. Domingos Drumond de Menezes de Jesus, Carlos Drumond de Menezes de Jesus, António Drumond de Menezes de Jesus, Alberto Drumond de Menezes de Jesus e Fernando Drumond de Menezes de Jesus (falecido em Lisboa a 27 de Maio de 1929).

No alvor de 1893, o país político e cultural vivia ainda sob o «choque» do «Ultimatum inglês», discutindo-se o problema africano (o ajustamento da delimitação de fronteiras e a ocupação efectiva dos territórios), o problema económico-financeiro (a crise da balança de pagamentos em 1891 inicia uma fase de estagnação económica até 1914), o problema do sistema político (ineficácia do regime rotativo e experiências de ministérios de coligação ou extra-parlamentares) ou as reivindicações católicas (congregações, missões, ensino, beneficência, protecção social aos operários, participação política).

Quirino interveio nesse debate, iniciando colaboração, a partir dos começos desse ano (com artigos não assinados) no diário católico *Correio Nacional* (o primeiro número saíu em 1 de Fevereiro de 1893 e foi o órgão do Centro Católico Parlamentar), numa altura em que dirigia o jornal o conselheiro José Joaquim Ferreira Lobo (nasceu em 1837) e havia uma comissão administrativa composta pelo 1º conde do Casal Ribeiro, José Maria Caldeira do Casal Ribeiro (1825-1896), pelo 6º marquês de Pombal, António de Carvalho e Melo Daun e Albuquerque (1850-1911) e por Henrique de Barros Gomes (1843-1898), todos três membros da direcção do Centro Católico Parlamentar entre 1894 e 1895. As posições intransigentes na defesa do *ralliement* (acatar o regime vigente, quer fosse a França republicana ou a Espanha e Portugal monárquicos, impondo todavia as específicas reivindicações católicas) encontraram em Ferreira Lobo um obstáculo, mas os Bispos apoiá-lo-iam, demitindo o conselheiro e nomeando Quirino de Jesus seu sucessor na direcção do *Correio Nacional* nos inícios de 1894, aí permanecendo até 1897.

O novo director logo convenceria Barros Gomes a introduzir na comissão administrativa do jornal mais dois elementos: Jerónimo da Cunha Pimentel (1842-1898) e Jacinto Cândido da Silva (1857-

1894. Nessa mesma Rua Nova do Almada, mas no n.º 100-1.º, tinha escritório de advogado o republicano açoreano e futuro Presidente da República, Manuel de Arriaga.

-1926). Desse modo, a corrente do *ralliement* impôs-se então no movimento católico português — enfraquecendo a audiência do legitimismo monárquico no campo religioso —, sendo explicitamente apoiada pelas autoridades eclesiásticas e promovida por escritos de Quirino, o qual, no registo memorialístico do bacharel em Teologia e advogado Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914), era «muito adicto» ao Núncio Apostólico em Lisboa, Mgr. Domingos Maria Jacobini, «cuja inteligência soubera admiravelmente assimilar o genial pensamento de Leão XIII»⁸. Quirino, nesta fase, também promoveu as missões religiosas e o sonho de um «terceiro império lusitano» (com Angola e o Congo português na base), dispondo para tal da sua obra *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas* (Lisboa, Tipografia da Casa Católica, 1893, 146 pp.) e da direcção da revista mensal *Portugal em África*⁹, desde Janeiro de 1894.

A divulgação e contestação da política do *ralliement*, em Portugal, deu-se após o II Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga (6 a 10 de Abril de 1891), conforme foi estudado por Manuel Braga da Cruz¹⁰. A experimentação política de Quirino fez-se nesse combate político-religioso, onde se inseriu a constituição do Centro Católico Parlamentar (1894-1895), um espaço político que se pretendia de convergência entre Pares do Reino e Deputados (Progressistas ou Regeneradores), o qual não sobreviveria ao confronto político desencadeado pela ditadura Hintze-Franco em 1895. O bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), e Quirino de Jesus foram os grandes animadores da organização política dos católicos, excluindo ambos, de raiz, a forma partidária e advogando uma associação parlamentar para intervir na sociedade política.

⁸ M. Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade/Sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C.ª, 1913, pp. 78 e 84.

⁹ A revista *Portugal em África* (n.º 1, Janeiro de 1894, a n.º 235, 25 de Outubro de 1910), safu em Lisboa, e teve Quirino de Jesus na direcção desde o n.º 1 ao n.º 96 (Dezembro de 1901); a partir do n.º 64 (Abril de 1899) aparece Manuel de Azevedo Ennes no lugar de secretário, e do n.º 97 (Janeiro de 1902) em diante só tem editor. Nos primeiros tempo era composta na Tipografia da Casa Católica. Recorde-se que o mesmo título da revista tinha ocorrido numa obra de Joaquim Pedro de Oliveira Martins (*Portugal em África*, Porto, Livraria de Ernesto Chardron, 1891), autor invocado por Quirino, várias vezes, como mestre de pensamento.

¹⁰ Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, pp. 101-117.

Foi na sessão de 27 de Novembro de 1894 da Câmara dos Pares, que o bispo-conde de Coimbra e o 1º conde do Casal Ribeiro anunciaram a existência do Centro Católico Parlamentar ¹¹. O primeiro, após reafirmar a necessidade da harmonia entre a Igreja e o Estado (sem prejuízo dos «direitos privativos de cada um») e do perigo em governar com uma moral evolucionista, «sem Deus», diz recusar a ideia do «partido católico» num País «em que a totalidade ou quase totalidade dos seus habitantes são católicos», pois esse partido poderia «quebrar a unidade da fé» naqueles que não pretendessem aí se inscrever; o que o Centro Católico Parlamentar defendia era outrossim constituir «uma espécie de união e de força» junto dos partidos políticos que alternavam no Governo. O segundo partilhou as palavras do bispo-conde, acentuando que «não se trata, nem deve tratar-se de organizar partido novo com o simpático lema do Catolicismo», mas tão-só da dilatação da influência católica na sociedade que o Enciclopedismo e o Positivismo tinham limitado ¹².

Numa altura em que no jornal portuense *A Palavra* ¹³ havia quem defendesse a autonomia de candidaturas católicas para a construção de um Partido católico (processo recusado por Quirino e pelo Episcopado), e que se veio a traduzir no fracasso eleitoral de 17 de Novembro de 1895 por parte das candidaturas apresentadas nos círculos do Porto (Padre José Sena Freitas, D. José de Saldanha e D. Tomás de Almeida) e de Viana do Castelo (Fernando Pedroso e Dr. Luís José Dias), Quirino de Jesus era eleito deputado «independente» por Braga, nessas mesmas eleições, integrado na candidatura do Partido Regenerador ¹⁴.

¹¹ Refira-se, a propósito, a confusão entre Centro Católico Parlamentar (1894-1895) e Centro Nacional (1901-1903) que Manuel Abúndio da Silva faz, o que desvirtua um entendimento situado das várias projecções políticas de católicos portugueses, agravado quando se toma o seu relato como fonte, sem se operar a respectiva crítica — cfr. as imprecisões de M. Abúndio da Silva, *op. cit.*, pp. 77-97. Nas páginas 84 e 88 dessa obra, onde se lê «Centro Nacional» deve ler-se «Centro Católico Parlamentar», e, assim, o que se tem é a formação deste em 1893-1894 e não a do outro que aconteceu em 1901.

¹² Cfr. *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 237-243.

¹³ Para um encontro com o ideário deste periódico, cfr. João Francisco de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra» (1872-1913)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

¹⁴ As eleições legislativas realizaram-se a 17 de Novembro de 1895 e Quirino de Jesus obteria 1748 votos, no mesmo círculo por onde João Franco, regenerador,

Intervém pela primeira vez na Câmara dos Deputados, durante a sessão de 23 de Janeiro de 1896, com um longo e ressonante discurso sobre Inhambane e Lourenço Marques, sendo felicitado pelo ministro da Marinha e Ultramar, o regenerador e católico Jacinto Cândido da Silva, que ocupou o cargo entre 26 de Novembro de 1895 e 7 de Fevereiro de 1897. Manteria alguma assiduidade parlamentar (sem contudo voltar a intervir) até ao fim da I Sessão Legislativa (9 de Maio de 1896) dessa 31ª Legislatura, mas já não estará presente na II Sessão Legislativa (2 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 1897). Em Abril e Maio de 1897 colaborou com o ministro da Marinha e Ultramar, o progressista e católico Henrique de Barros Gomes, na elaboração de uma proposta de lei acerca das concessões de terrenos ultramarinos, apresentada nessa altura ao Parlamento. Entretanto, obteve, em 1896, um cargo superior (chefe dos Serviços da Repartição de Contabilidade) na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, onde esteve vinculado até à sua morte em 1935¹⁵.

seria também eleito com 1750 votos; cfr., por exemplo, *O Século*, Lisboa, décimo quinto ano, n.º 4969, 18 de Novembro de 1895, p. 1. Este jornal republicano apresentava-o como «católico» (o que era de facto), mas, na verdade, não protagonizou nenhuma *específica* candidatura católica.

¹⁵ A entrada de Quirino para a Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, que o próprio diz ter sido por concurso, foi objecto de outra leitura por parte de Fernando de Sousa («NEMO») com quem cortou relações pessoais nos finais do século XIX. Não tendo até ao momento tido acesso ao processo individual de Quirino como alto funcionário da Caixa Geral de Depósitos — ele diz ter entrado em 1896, «NEMO» afirma 1895 —, interessa assinalar a opinião violenta do então director de *A Época*, em 1925: «Importa recordar o acidentado *curriculum vitae* desta personalidade representativa da desordem e da incoerência de ideias, característica do actual momento da vida pública portuguesa. Inteligente e estudioso o Dr. Quirino de Jesus veio da Universidade procurar caminho em Lisboa. Redactor da revista missionária, *Portugal em África*, prestou serviços à causa das missões. Tendo entrado para a redacção do *Correio Nacional* manobrou de modo a suplantar na sua direcção o Conselheiro Ferreira Lobo. Na ditadura de Hintze, em 1895, que findou com a convocação do chamado *Solar dos Barrigas* [assim lhe chamaram os progressistas, com ironia, ao Parlamento eleito em Dezembro de 1895, onde só estavam presentes regeneradores], o Dr. Quirino de Jesus conseguiu um lugar na Caixa Geral, foi feito deputado e pôs o jornal ao serviço da política do sr. João Franco (...)» (*A Época*, Lisboa, ano VII, n.º 2234, 16 de Outubro de 1925, p. 1). A resposta de Quirino foi violenta («O Centro Católico a 'A Época'/Um trecho da história político-religiosa contemporânea», in *Seara Nova*, Lisboa, n.º 59, 7 de Novembro de 1925, pp. 207-213), e a ela nos deteremos mais adiante.

A política de convergência entre católicos — Regeneradores e Progressistas — que Quirino propagandeava no *Correio Nacional*, dificilmente se impunha, quer ao nível do centro político (o Centro Católico Parlamentar desactiva-se em 1895), quer nas áreas regionais, recolhendo até grande oposição nos meios católicos (alguns deles legitimistas) do Norte (entre Viana do Castelo e o Porto), como já anteriormente se viu. Uma vez mais, nas eleições legislativas de Maio de 1897 — que deram a vitória ao Partido Progressista —, verificou-se um confronto entre católicos, agora no círculo de Barcelos, entre a candidatura progressista de D. António de Sousa Barroso (Bispo de Himéria) e a candidatura regeneradora de José Novais. Quirino demitiu-se da direcção do *Correio Nacional* — a qual foi entregue até Março de 1901 a José Fernando de Sousa («NEMO»), colaborador do periódico desde 1895 — e filiou-se no Partido Regenerador, aí permanecendo até à Revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.

O publicismo de Quirino desenvolveu-se após a sua saída do *Correio Nacional* em *A Tarde*, órgão afecto aos regeneradores, e, nas eleições legislativas de 25 de Novembro de 1900, foi eleito deputado pelo Partido Regenerador, através do círculo do Funchal, de onde era natural; entre os deputados regeneradores estavam Abel de Andrade, Alberto de Oliveira, Anselmo de Andrade, Anselmo Vieira, Luís de Magalhães, Luís dos Reis Torgal e conde de Paçô Vieira. Surgia, novamente, o parlamentar, com maior assiduidade do que em 1896-1897, mas mesmo assim só esteve presente a 21 sessões (durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1901), sendo que as Cortes apenas encerrariam a 27 de Maio desse ano. Nos dois meses que frequentou o Parlamento, sem nunca intervir, teve oportunidade de ser eleito, para a Comissão do Orçamento (em 11 de Janeiro) e para a Comissão Eclesiástica (em 12 de Fevereiro), e na sessão de 8 de Janeiro, à qual não compareceu, foi determinada a permissão de acumular o exercício das funções legislativas com a de chefe de serviço da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência.

Apesar de regenerador, não aceitou a atitude de Hintze Ribeiro, na Primavera de 1901, ao determinar o encerramento de algumas casas religiosas, por estas não se dedicarem exclusivamente ao ensino e à beneficência social. Essa circunstância propiciou o renascimento da mobilização política católica, na qual Quirino irá desempenhar, outra vez, um destacado papel aglutinador, evidenciando a sua característica-base de «homem de rede». Essa «questão das

Congregações» fê-lo regressar à direcção do *Correio Nacional* (entre Março de 1901 e Outubro de 1902), substituindo «NEMO» que foi dirigir *A Palavra*, órgão católico do Porto ¹⁶.

A grande resposta católica (eclesial e laica) corporizou-se no Centro Nacional, sugerido pelo advogado Manuel de Azevedo Ennes (1867-1905), redactor do *Correio Nacional*, e logo propagandeado e organizado por Quirino. Por todo o território disseminaram-se múltiplos centros, mobilizando as elites locais e regionais católicas na luta pela permanência das Congregações ameaçadas, o que conseguiriam impôr.

Na comissão organizadora do Centro Nacional estavam, de início, os Pares do Reino, Jacinto Cândido da Silva e conde de Bertandos, Gonçalo Pereira da Silva de Sousa Menezes (1851-1929), formados em Direito, e o Prof. de Matemática da Universidade de Coimbra, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett (nasceu em 1842), grande proprietário rural na Beira Baixa. O debate entre os defensores de um «Partido católico» (como Jacinto Cândido, conde de Bertandos, Alberto Pinheiro Torres ou José Pulido Garcia) e outros (como Quirino, Manuel de Azevedo Ennes ou Avelino de Almeida) que somente viam a urgência de uma associação cívico-política de católicos não concorrente com os partidos existentes, havia de pender, entre 1903 e 1910, para os primeiros, levando à formação do Partido Nacionalista, com o intento de promoção de um «nacionalismo governativo» ¹⁷.

Durante o tempo em que se continuava a debater a ideia e a realização de um «Partido católico», essa elite encontrava-se também bastante polarizada na adesão a caudilhos dos Partidos dinásticos: por exemplo, Quirino promovia o regenerador António Teixeira de Sousa (1857-1917) e era amigo do progressista José Maria de Alpoim (1858-1916), Manuel de Azevedo Ennes apoiava o progressista José Luciano de Castro (1834-1914), Jacinto Cândido da Silva seguia o regenerador Júlio de Vilhena (1845-1928).

O movimento de criação dos Centros Nacionais teve um tempo forte que medeou entre a Circular-fundadora de 16 de Julho de 1901

¹⁶ Para o conhecimento do periodismo católico, cfr. Joaquim Azevedo/José Ramos, «Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo III, Lisboa, 1991, pp. 215-264.

¹⁷ Para esta problemática do Partido Nacionalista, cfr. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, pp. 221-237.

e o Congresso dos Centros locais e regionais realizado no Porto em Abril de 1903, onde se decidiu criar o Partido Nacionalista. O maior número de Centros localizou-se no Norte e Centro do País, com preponderância, por ordem decrescente, em Braga, Porto, Viseu, Castelo Branco, Viana do Castelo e Aveiro. Numa amostra (ainda que incompleta), estabelecida a partir das listas de adesões publicadas no *Correio Nacional*, pode-se avançar os seguintes dados: 1901 (325 adesões), 1902 (378 adesões), 1903 (81 adesões), 1904 (0 adesões), 1905 (5 adesões), 1906 (0 adesões), 1907 (3 adesões), 1908 (?), 1909 (9 adesões), 1910 (?).

Quer a formação do Centro Nacional com os seus núcleos, quer o movimento de adesão individual, essencialmente localizado em 1901 e 1902, indiciou uma clara disponibilidade da elite e do povo católico para o movimento político de resistência ao anticlericalismo, mas também é verdade que a expressão partidária desse protesto não obteve grande entusiasmo. Provavelmente Quirino teve razão ao recusar a via do Partido Nacionalista, que, não sendo «o» Partido católico, era «um» Partido de católicos, suscitando até — como se sabe — confrontos entre os Jesuítas da revista de Lisboa, *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, órgão do Apostolado da Oração, e os Franciscanos da revista de Braga, *A Voz de Santo António*, órgão da Pia União.

Saindo da direcção do *Correio Nacional* em Outubro de 1902, por discordar da orientação então maioritária no seio da comissão dirigente do Centro Nacional que apontava a criação de um Partido católico, Quirino lançou, em Lisboa, o periódico *Voz da Pátria* (de 9 de Dezembro de 1902 a 23 de Abril de 1903), onde é director político, com o apoio de Manuel de Azevedo Ennes (redactor principal), Avelino de Almeida (secretário da redacção), Joaquim da Silva Dias (editor) e a colaboração do Padre Manso. Nos quatro meses de vida desse diário, assistiu-se a um publicismo violento contra os dirigentes do Centro Nacional (particularmente visado era Jacinto Cândido da Silva, considerado «O traidor» nas páginas da *Voz da Pátria*), mas o projecto jornalístico inviabilizou-se após o abandono de Azevedo Ennes, em Março de 1903, por recusar o apoio aos artigos de Quirino, onde se fazia a apologia do programa financeiro de Teixeira de Sousa, ministro da Fazenda de Hintze Ribeiro, desde 28 de Fevereiro de 1903. Quirino continuou no Partido Regenerador, muito ligado a Teixeira de Sousa e a Anselmo de Andrade (1844-1928). Não apoiou a ditadura de João Franco (1907-

-1908), e colaborou, entre Março e Junho de 1908, no regenerador *Notícias de Lisboa*.

Neste final de Monarquia, o seu último combate publicista (e político) desenvolveu-se na solidariedade ao Ministério António Teixeira de Sousa (de 26 de Junho a 4 de Outubro de 1910), onde estavam Manuel Joaquim Fratel (ministro dos Assuntos Eclesiásticos e Justiça, que pensara numa Lei de Separação das Igrejas do Estado), Anselmo de Assis Andrade (ministro da Fazenda), José Nicolau Raposo Botelho (ministro da Guerra), José Ferreira Marnoco e Sousa (ministro da Marinha e Ultramar), José de Azevedo Castelo Branco (ministro dos Estrangeiros) e José Gonçalves Pereira dos Santos (ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria).

Para palco de nova evidência pública, Quirino escolheu o *Correio do Norte*¹⁸, periódico dirigido por Abúndio da Silva, antigo monárquico legitimista¹⁹ e aderente em 1903 ao Partido Nacionalista²⁰,

¹⁸ O portuense *Correio do Norte*, «diário católico da manhã», tinha como director o Dr. Manuel Abúndio da Silva, então com escritório de advogado na Rua de S. Miguel, n.º 5-1.º, na cidade do Porto, vindo a ser nomeado director da Escola Industrial Infante D. Henrique, na mesma cidade, a 14 de Setembro de 1910; o administrador era Américo Costa; a redacção, administração e oficinas funcionavam na Bateria da Vitória, n.º 11, esquina da Rua de S. Miguel. O jornal iniciou publicação a 3 de Julho de 1910 (n.º 1) e terminou a 10 de Fevereiro de 1911 (n.º 189).

¹⁹ Abúndio da Silva dirigiu o periódico legitimista *A Bandeira Branca*, «revista religiosa e política», saída em Viana do Castelo ao longo de 23 números (n.º 1, de 19 de Março de 1893, a n.º 23, de 4 de Fevereiro de 1894). Cada revista era encimada pelo lema «Por Deus, pela Pátria e pelo Rei» e tinha Manuel Nicolau da Silva na função de editor responsável. Entre os colaboradores, além de Abúndio da Silva, pode-se encontrar Sebastião Pereira da Cunha, António Cabreira e Santos Farinha. No primeiro número da revista, com o artigo «Ao Nascer», define-se a natureza da publicação e presta-se homenagem ao recém-falecido caudilho do Partido Legitimista, Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, que liderara o partido de 1891 a 1893. Cfr., tendo em vista o percurso oitocentista dos monárquicos legitimistas em Portugal, José Brissos, «Contraliberalismo e prática política no século XIX», in *História de Portugal* (dirigida por João Medina), vol. VIII, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993], pp. 169-188.

²⁰ Cfr. M. Abúndio da Silva, *op. cit.*, pp. 90-97. Por volta de finais de 1909, Abúndio da Silva afasta-se do Partido Nacionalista, do qual tinha sido, em Abril de 1908, candidato a deputado pelo círculo oriental do Porto, e iniciou em 3 de Julho de 1910 um publicismo violento contra esse Partido. Nesta obra, deixa-nos, em 1913, o seu depoimento: «(...) depressa compreendi que estava completamente deslocado, porque o corpo partidário do nacionalismo olhava para o seu programa como para

que propagandeou, nos meados de 1910, com Quirino (este escreveu uma série de 60 «Cartas de Lisboa» até 4 de Outubro de 1910, sob o pseudónimo de «LIVIO»), a reforma democrática da Monarquia liberal; os artigos aí publicados tinham reprodução frequente nos periódicos lisboetas. Quirino revelou, em 1925, um dado com razoável plausibilidade: segundo ele, estava combinada entre José de Alpoim (da Dissidência Progressista) e Teixeira de Sousa (do Partido Regenerador) a sua entrada para o Ministério, numa remodelação a efectuar-se provavelmente em Outubro de 1910.

A Revolução de 5 de Outubro de 1910 inaugurou um outro tempo político português, perante o qual Quirino de Jesus definiria novo ajustamento. No imediato, retirou-se para o Funchal (razões de saúde foram invocadas, mas não seria temor pelas purgas políticas?), residindo na Quinta das Rosas (à Rua do Carmo), e pôs os filhos a estudar em colégios católicos belgas, continuando a ser advogado da casa Hinton & Sons que detinha o monopólio do fabrico e comercialização da cana-de-açúcar na Ilha da Madeira. De advogado das reclamações de Hinton, Quirino passará após-1919 a opositor da continuação do monopólio (que findara com os decretos de 12 de Abril e 2 de Maio de 1919) e até havia de defender a proibição do cultivo da cana-de-açúcar na Ilha da Madeira.

1.2. Da véspera do Sidonismo à Revolução de 28 de Maio de 1926

Iniciada a Primeira Grande Guerra, trouxe os filhos para colégios de Lisboa, onde se radicará definitivamente em 1915 ou 1916. Uma das grandes lacunas no conhecimento da história de vida de Quirino é precisamente o período de permanência no Funchal, o que exige uma pesquisa (já iniciada) mais profunda; a 2 de Julho de 1914,

uma superfetação ou para uma mera e inexpressiva formalidade e só levava para a luta as suas paixões e os seus preconceitos. (...) de partido ia fazer-se seita, traria uma demagogia que faria lembrar a dos realistas durante a guerra fratricida entre os dois filhos de el-rei D. João VI. E afastei-me, desapareci do movimento nacionalista até que o meu dever de católico de homem de carácter me forçou a vir combater [refere-se à direcção do *Correio do Norte*] os novos fanáticos que andavam a provocar os dias mais lutosos e amargos para a Igreja e para a Pátria e tentavam fazer curvar às suas ambições e aos seus ódios, o Altar, a Coroa, as consciências, o país, tudo!» (pp. 96-97).

Quirino, a esposa e os filhos Maria das Mercês e Domingos posam para a câmara de «Vicentes Photographos», na Quinta das Rosas. Regressado a Lisboa, retomou o lugar na Caixa Geral de Depósitos, reaparecendo a antiga paixão pelo combate publicista em assuntos económico-financeiros, coloniais, de administração pública do Estado (incluindo o problema das autonomias da Madeira e dos Açores) ou religiosos.

No espaço de tempo compreendido entre 1917 e 1926, Quirino de Jesus nunca esteve formalmente ligado aos partidos ou grupos políticos constituídos, incluindo nestes o Centro Católico Português, pelo qual nutria simpatia e achava estar na continuidade das experiências anteriores — por si dinamizadas — do Centro Católico Parlamentar e do Centro Nacional. Em 1925, definiu a seguinte avaliação do Centro Católico Português:

«Passados os anos de dispersão feita pelo novo regime, o *Centro Católico* tinha de renascer: primeiro, hesitante, dúbio e frouxo; depois, reatadas as relações entre Portugal e a Santa Sé, com mais definidas atitudes e maior actividade. Não era, nem podia ser uma revivescência do *nacionalismo* [Partido Nacionalista], que estrebuchara e morrera em arremedo de partido de governo. Reaparecia com a natureza do *Centro Católico* de 1893 e do *Centro Nacional* de 1901 (...). O novo *Centro*, a que sou alheio, [com o apoio do Episcopado, deseja] o equilíbrio, a moderação, a tolerância, as reivindicações prudentes, o respeito das instituições e das pessoas (...)²¹.

Apesar de não ter sido um «católico organizado», permanecia, contudo, nos seus fundamentos doutrinários, a matriz do pensamento religioso fixada pelo Papa Leão XII e continuada pelos Papas Bento XV e Pio XI: agora, sob Regime republicano, os católicos deviam continuar a praticar (como o Episcopado defendia) a política do *ralliement*. Dentro dessa via, definiu indiferença perante o debate República/Monarquia e, através de relações informais com notabilidades republicanas e com as autoridades eclesiásticas, trabalhou para a correcção dos desvios jacobinos da Lei de Separação das Igrejas do Estado (Lei de 20 de Abril de 1911), como adiante se mostra.

²¹ Quirino de Jesus, «O Centro Católico e 'A Época'», *cit.*, p. 209.

Quirino escreveu nesse mesmo ano:

«Desde 1917, complicando-se cada vez mais o drama nacional, voltei a escrever. Fiz uma sementeira larga de artigos económicos, financeiros e coloniais (...)»²².

Na verdade, convidado a relançar a prestigiada revista lisboeta *O Economista Português* — suspensa desde 28 de Maio de 1911 —, aceitou dirigir, a partir de 14 de Outubro de 1917, a 2.^a série dessa «revista financeira, económica, social e colonial», até 8 de Novembro de 1921. Mas a sua constelação publicista incorporou também a publicação de dezenas de artigos, disseminados por imprensa de Lisboa, alguns deles republicados noutros jornais do Continente e das Ilhas: entre esses periódicos e respectivos anos de colaboração estavam *O Jornal* (no ano de 1919), *A União* (no ano de 1920), *Gazeta dos Caminhos de Ferro* (nos anos de 1920 a 1924), *A Época* (nos anos de 1920 a 1922), *Seara Nova* (nos anos de 1921 a 1926), *A Pátria* (no ano de 1923) e *Homens Livres* (no ano de 1923). Também publicaria o tomo I (e único) do poema *Lusa Epopeia* (Lisboa, Tipografia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1921, 298 pp.) e, em colaboração com o engenheiro Ezequiel de Campos, *A Crise Portuguesa/ Subsídios para a política de reorganização nacional* (Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda., 1923, 231 pp.), que era uma síntese dos artigos que ambos tinham publicado em *O Economista Português*.

A Revolução de 5 de Dezembro de 1917 foi bem recebida por Quirino, pois podia inaugurar uma governação fora da oligarquia dos «democráticos», promovendo uma «nova ordem» em que «haja o equilíbrio de todos os partidos, de todas as ideias e de todas as aspirações», dentro da «moderação», «tolerância», «harmonia» e «paz suficiente», condições-base da ordem pública e da formulação de um programa de equilíbrio financeiro e de renovação económica²³. Recusou a hipótese de Restauração monárquica — «seria um desastre para ela mesma, quanto mais para a nação» —, mas advertiu para a necessária coesão política de Brito Camacho, Egas Moniz e Machado Santos, dentro de um Ministério e, com a fusão dos seus «amigos

²² Quirino de Jesus, *ibidem*, p. 208.

²³ Quirino de Jesus, «O Decebrismo», *O Economista Português*, Lisboa, 2.^a série, 10.^o ano, n.^o 15, 20 de Janeiro de 1918, p. 217.

políticos», poderia surgir um novo partido, «capaz de dar completa significação nacional ao dezembrismo»²⁴.

Sabe-se, contudo, que Brito Camacho rompeu em Março de 1918, com Sidónio, passando à oposição com os «democráticos» e os «evolucionistas», assistindo-se embora a uma cisão nos «unionistas» defensores do rumo presidencialista da «República Nova», onde estavam, por exemplo, os «sidonistas» José Jacinto Nunes, António Miguel de Sousa Fernandes, Fidelino de Figueiredo ou Mário Mesquita; que Egas Moniz dirigia o Partido Centrista Republicano, adepto de um semipresidencialismo onde o Presidente da República dispunha do poder de dissolução parlamentar, partido com o qual Quirino simpatizava — pois «segue uma linha média na vida pública» —, estando um seu sobrinho (o Dr. Luís Alberto de Freitas), que era redactor de *O Economista Português*, na Comissão Central Organizadora desse Partido; e que Machado Santos havia de se incompatibilizar com o Sidonismo na fórmula praticada de presidencialismo autoritário, invocando várias vezes a Constituição de 1911.

A «ideia dezembrista» de Quirino, em Janeiro de 1918, era basicamente esta: estabilidade de Sidónio Pais na Presidência da República e uma espécie de «União Sagrada» entre Egas Moniz (líder do Partido Centrista Republicano, em formação) e Brito Camacho (líder da União Republicana) no Governo, propiciadora de uma «união nacional» para uma «nova ordem», conforme palavras suas.

O tempo político de 1918 correria, no entanto, ao arrepio desse desejo, com os monárquicos restauracionistas a ganharem fortes posições no círculo informal de Sidónio e nas instituições do Estado. Em Julho desse ano, já Quirino de Jesus fazia um pessimista diagnóstico de situação:

«Tudo vai marchando, de complicação em complicação, como nas graves doenças caídas em cima de organismo cheio de males crónicos. É um círculo vicioso de crescentes fenómenos patológicos na miséria e na insuficiência do corpo entregue aos íntimos pleitos da vida e da morte. Neste canto da Península ganha extensão e força o *imbróglia* político, financeiro, económico,

²⁴ Quirino de Jesus, «O Dezembrismo», *cit.*, p. 218.

social e religioso, que põe afinal um ponto de interrogação duvidosa no destino de Portugal (...)»²⁵.

Não assinou o manifesto da Liga de Acção Nacional, em Janeiro de 1918, nem colaborou na revista *Pela Grei* (n.º 1, Março de 1918, a n.º 7, Maio de 1919), importante iniciativa cívico-política patrocinada por António Sérgio, Francisco Reis Santos e Pedro José da Cunha²⁶, mas não há dúvida que Quirino partilhava desse projecto (e eles da suas ideias económico-sociais), como facilmente se depreende da leitura de *O Economista Português* que então dirigia. A revista *Seara Nova*, a partir de 1921, e as iniciativas políticas daí saídas, haviam de ser um ponto de convergência orgânica entre Quirino e alguns dos antigos membros dessa efémera Liga de Acção Nacional.

A «República Nova» acabou, na prática estadual, com o assassinato de Sidónio Pais²⁷, apesar de, na prática dos grupos políticos, ter tido várias emergências orgânicas e insistente publicismo²⁸, que alimentariam a disponibilidade de uma solução institucional de presidencialismo autoritário republicano.

Quirino de Jesus consideraria o «presidente morto» um «exímio português de raça, entregue pela vontade heróica ao último sacrifício», propondo, em 21 de Dezembro de 1918, uma vez mais, a organização de «dois grandes partidos constitucionais, um de direita e outro de esquerda, para se manter o equilíbrio de toda a nossa vida pública», dentro do Regime republicano²⁹. Assim, apoiará a solução partidária que teve por base um segmento da elite sidonista e em Basílio Teles o redactor dos seus documentos programáticos, a qual revestiu o nome de Partido Republicano Conservador e existiu entre

²⁵ Quirino de Jesus, «O 'Imbróglho' Português», *O Economista Português*, Lisboa, 2.ª série, 10.º ano, n.º 37, 14 de Julho de 1918, p. 481.

²⁶ Cfr. João Medina, «Sérgio e Sidónio/Estudo do ideário sergiano na revista *Pela Grei* (1918-1919)», *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 7-30.

²⁷ João Medina, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

²⁸ Cfr. Ernesto Castro Leal, *António Ferro/Espaço político e Imaginário social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, cap. IV, pp. 97-125.

²⁹ Quirino de Jesus, «Depois da tragédia», *O Economista Português*, Lisboa, 2.ª série, 10.º ano, n.º 60, 21 de Dezembro de 1918, p. 757.

Abril e Dezembro de 1919, colaborando no seu órgão de imprensa, *O Jornal*, nos meses de Novembro e Dezembro.

Nesse ano I da «nova República velha», o mundo político-institucional será perpassado pela ideia de refundação conservadora do Regime, criando novas condições políticas para disciplinar (e até anular) as tentações do jacobinismo «democrático», isto é, o «jacobinismo vermelho» de que falava Abúndio da Silva em 1911. O problema que agora nos interessa é o da relação entre o Estado republicano e a Igreja católica, onde Quirino desempenhará um destacado papel ideológico na promoção do *ralliement* português. Entre as reivindicações dos católicos estava a importância das Missões religiosas nos territórios coloniais, aspecto que a elite republicana acabou por admitir como útil, num momento em que se falava no interesse de grandes potências pelos territórios de Angola e de Moçambique e se multiplicavam aí as missões religiosas protestantes estrangeiras.

No Ministério de Domingos Leite Pereira, o ministro das Colónias, João Lopes Soares (1878-1970), fez aprovar o decreto nº 5778, de 10 de Maio de 1919, pelo qual eram criadas doze novas «missões civilizadoras» nas colónias portuguesas. Foi um passo decisivo no processo de colaboração com a Igreja católica, mas só no Ministério seguinte de Alfredo de Sá Cardoso, é que o novo ministro das Colónias, Alfredo Rodrigues Gaspar (1865-1938), faria publicar a regulamentação das «missões civilizadoras laicas» e das «missões religiosas», suas dotações orçamentais e pessoal, através do decreto nº 6322, de 2 de Janeiro de 1920. Quirino foi mais uma vez um «homem de rede», negociando esse diploma com o Ministério das Colónias (2ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Civil), com a Nunciatura Apostólica, com os representantes das missões católicas ultramarinas (em destaque a Congregação do Espírito Santo, onde estavam os seus amigos Padre José Maria Antunes, que foi uma personalidade decisiva nas negociações, e Padre José Alves Terças, que fora a alma de *A Ordem*, surgida em 1916, e fundara *A Época* em 1919) e com o director do Instituto de Missões Coloniais, representante das missões laicas³⁰.

³⁰ Quirino recordou esse trabalho de negociação no artigo-depoimento, «O Centro Católico e 'A Época'», *cit.*, p. 210. Aí, erradamente, refere a data de 24 de Dezembro de 1919 para o decreto de 2 de Janeiro de 1920: provavelmente confundiu com o momento final do acordo.

O decreto de 2 de Janeiro de 1920 reparava, na opinião de Quirino, um dos aspectos mais gravosos da Lei de Separação, escrevendo a propósito de Alfredo Rodrigues Gaspar:

«O ilustre ex-ministro [em 3 de Janeiro de 1920 tomara posse Álvaro de Castro, que manteria a mesma política] fez uma obra de conciliação, de previdência e de progresso, depois de ter prezado muito e muito as reclamações dos missionários da África oriental e ocidental e as opiniões dos governadores ultramarinos, da respectiva direcção-geral de administração civil e do director do Instituto de Missões Coloniais (...)»³¹.

Nos finais de 1919, as missões católicas em actividade eram cerca de 24 em Angola, 14 em Moçambique e 6 em Timor, o que comparado com a situação de meados de 1910 mostrava um claro declínio: 28 missões em Angola, 31 em Moçambique e 20 em Timor. O problema agravava-se quando se sabia da existência, já nos princípios de 1919, de mais de 80 missões estrangeiras (protestantes) em Angola e Moçambique.

Desde 1893 que Quirino vinha fazendo uma campanha pela indispensável função colonizadora das Missões. O citado decreto de 1920 consagrava definitivamente alguns princípios de reivindicação católica, que em legislação anterior não estavam de todo ausentes, mas eram agora explicitados: protecção e subsídio estadual às missões religiosas nacionais; direito de formação do seu próprio pessoal em colégios; liberdade de constituição de outras missões ou sucursais em África, com a óbvia convergência estadual. Em retribuição dos muitos serviços prestados à Igreja católica, havia de ser agraciado pela Santa Sé com a grã-cruz da Ordem de S. Gregório Magno, em Outubro de 1920. Igual comenda receberia António Lino Neto (1873-1961), notável parlamentar católico e dirigente do Centro Católico Português, entre 1919 e 1934, que conseguiu que o Centro tivesse junto da opinião pública portuguesa uma imagem de tolerância, competência técnica e diálogo institucional.

A revista *O Economista Português* — então redigida quase totalmente por Quirino e Ezequiel de Campos (1874-1965), com alguns textos do filho do primeiro, Domingos Menezes de Jesus —

³¹ Quirino de Jesus, «As missões ultramarinas», *A União*, Lisboa, ano I, n.º 1, 19 de Janeiro de 1920, p. 3.

terminaria publicação a 8 de Novembro de 1921. Em 15 de Outubro anterior tinha surgido a revista *Seara Nova*, expressão de um grupo de intelectuais e artistas que pretendia intervir na vida política, fora da mecânica dos partidos políticos, «para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional», lê-se no texto-manifesto do número inaugural da revista ³². Era precisamente isso que Quirino vinha fazendo, não admirando a sua participação na *Seara Nova* (conseguida por Ezequiel de Campos), desde 1 de Fevereiro de 1922, e o empenho em posteriores iniciativas cívico-políticas.

A primeira grande iniciativa dos «seareiros» exprimiu a promoção de um «Apelo à Nação», divulgado em Março de 1923, onde apareciam as ideias económico-financeiras de Quirino e ele um dos 61 subscritores: entre outros, estavam António Sérgio, Raúl Proença, Jaime Cortesão, Raúl Brandão, Basílio Teles, Ezequiel de Campos, Leonardo Coimbra, Hernâni Cidade, José Rodrigues Miguéis, José de Azeredo Perdigão, Profs. José Beleza dos Santos e Manuel Rodrigues Júnior e os militares general Bernardo de Faria, coronel Artur Ivens Ferraz, majores João Maria Ferreira do Amaral e Pedro de Almeida, capitão João Sarmiento Pimentel e capitão-de-fragata Filomeno da Câmara. A origem geográfica dos signatários cobria Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, mostrando existir uma base de audiência para posterior montagem organizativa.

O «Apelo» funcionou como manifesto de uma pretendida «União Cívica», apresentada também nesse mês de Março, e que tinha em António Sérgio, Jaime Cortesão e Ezequiel de Campos os seus mais entusiastas promotores. Não obstante ter havido alguma agitação pública em torno da «União Cívica», esta somente criou a Comissão Directiva de Lisboa (promovida por António Sérgio, e onde estava, por exemplo, Quirino de Jesus), e a Comissão Directiva do Norte (promovida por Ezequiel de Campos, e que somente tinha personalidades enraizadas no Porto), desactivando-se a incipiente organização logo em Maio.

³² *Seara Nova*, Lisboa, n.º 1, 15 de Outubro de 1921, p. 2.

A convergência dos reformadores da República (os «seareiros») e dos reformadores da Monarquia (os «integralistas») deu-se efemeramente em Dezembro de 1923, por meio de dois números da revista *Homens Livres*³³, onde Quirino também colaborou no nº 2 de 12 de Dezembro, com o artigo económico «As 400000 libras esterlinas». Interessante é rever os nomes dos colaboradores anunciados nos dois números, pois prefigurava um «grupo informal» na elite portuguesa, disponível para o encontro e debate, mas advirta-se que nem todos escreveram então artigos: Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, António Alves Martins, António Arroio, António Sardinha, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Artur Castilho, Augusto Casimiro, Augusto da Costa, Aurélio Quintanilha, Bettencourt Rodrigues, Bourbon e Meneses, Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias, Carlos Selvagem, Castelo Branco Chaves, Celestino da Costa, Ezequiel de Campos, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, major Francisco Aragão, Francisco Lacerda, Gualdino Gomes, Hipólito Raposo (deixou de pertencer à lista no nº 2), Jaime Cortesão, Jaime de Magalhães Lima, José de Figueiredo, Justino de Montalvão, Manuel da Silva Gaio, Marck Athias, Paulo Merêa, Pequito Rebelo, Quirino de Jesus, Raúl Brandão, Raúl Lino, Raúl Proença, Reis Machado, Reinaldo dos Santos, major Ribeiro de Carvalho, capitão Sarmiento Pimentel, Simões Raposo, Vieira de Almeida e Vieira de Campos.

Sendo certo que a circunstância mais relevante foi a não presença nesse escol de qualquer notabilidade *orgânica* do Centro Católico Português, também é verdade que o Prof. de Direito Mário de Figueiredo (1890-1969), um destacado católico «centrista» de Coimbra, escreveu em Fevereiro do ano seguinte uma opinião de simpatia pelo espírito reformador dos «integralistas» e dos «seareiros»:

«(...) aos integralistas se deve o haver hoje monárquicos em Portugal! (...). Mais tarde um grupo de homens de estudo quis fazer para a República o que os integralistas haviam feito para a Monarquia: procurar-lhe fundamentos teóricos, justificá-la como fórmula política, dentro dos conceitos do direito público moderno. Criou-se a *Seara Nova*. Era uma revista bem feita onde as questões se discutiam com serenidade e com argumentos. E as

³³ Cfr. João Medina, *O Pelicano e a Seara/Integralistas e Seareiros juntos na Revista HOMENS LIVRES*, Lisboa, Edições António Ramos, 1978.

blagues choveram e os políticos riram da intelectualidade da *Seara Nova* (...)»³⁴.

Quirino inspirou algumas medidas económico-financeiras de Álvaro de Castro (1878-1928), aquando do seu II Ministério, onde era também ministro das Finanças (18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924), e foi por ele enviado a Angola, em Fevereiro de 1924, para uma missão oficial de estudo económico-financeiro.

Havia de continuar, de 1924 a 1926, ligado ao Grupo «Seara Nova», sem que isso implicasse o fim das outras sociabilidades que cultivava, e está provada a sua condição de conselheiro económico-financeiro do ministro das Finanças, Manuel Gregório Pestana Júnior (1886-1969), *maçon* e seu amigo porto-santense, durante o Ministério do igualmente *maçon* José Domingues dos Santos (de 22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925); nesse Ministério também se encontrava outro seu amigo, este mais íntimo, Ezequiel de Campos, na pasta da Agricultura³⁵.

Logo após a tentativa revolucionária de 18 de Abril de 1925 — organizada fundamentalmente pelo capitão-de-fragata Filomeno da Câmara e apoio posterior do general João Sínel de Cordes, tenente-coronel de Engenharia Raúl Esteves e capitão de Infantaria Jaime Baptista —, Francisco da Cunha Leal denunciou em carta enviada ao Parlamento (27 de Abril de 1925) um contacto que Quirino teria tido com Raúl Esteves, para que este oficial levasse os militares a apoiarem o anterior Ministério de Domingues dos Santos, que Cunha Leal tinha vigorosamente combatido.

Quirino negou, em carta enviada a Pestana Júnior para ser lida no Parlamento, e numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, de 29 de Abril, reafirmou:

«Não sou político, nem republicano nem monárquico (...). Fiquei surpreendido [com as declarações de Cunha Leal] (...). A verdade

³⁴ Mário de Figueiredo, «As críticas à política do Centro Católico/Acatem-se os poderes estabelecidos», *Correio de Coimbra*, Coimbra, ano II, n.º 94, 16 de Fevereiro de 1924, p. 1.

³⁵ É o próprio Quirino que reconhece em 1925 ter auxiliado «o meu amigo e patrício Dr. Pestana Júnior em projectos financeiros (...)» («O Centro Católico e a 'A Época'», *cit.*, p. 210); cfr. também *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa, Edição da «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista», 1987, p. 164.

é que nunca nenhum dos ministros de tal governo, ou qualquer pessoa, me pediu que falasse, *em qualquer sentido*, ao sr. Raúl Esteves (...). Num dia de Dezembro último [1924] conversei realmente com o sr. Raúl Esteves. Mostrei a urgência de se realizarem ideias largas e profundas de reforma financeira, económica e social, e de fomento, segundo certas aspirações que dominavam o programa do governo (...). Esta conversa não incluía nenhuma proposta de qualquer índole, que fosse recusada ou aceite (...)»³⁶.

O incidente regista-se, não sendo este o momento do seu esclarecimento, mas diga-se desde já que as relações entre Cunha Leal e Quirino eram péssimas, principalmente desde a forte crítica que o segundo tinha feito à política financeira do primeiro, quando este fora ministro das Finanças (20 de Novembro de 1920 a 22 de Fevereiro de 1921), críticas essas publicadas nas páginas de *O Economista Português*. O confronto entre ambos agudizar-se-ia após a Revolução de 28 de Maio de 1926, em torno da política colonial, do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Angola.

Quirino será conselheiro técnico-financeiro e técnico-político de António de Oliveira Salazar (1889-1970), primeiro no Ministério das Finanças, depois na Presidência do Conselho de Ministros, publicando em Setembro de 1932 a sua densa obra *Nacionalismo Português* (Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda., 1932, 256 pp.), mas estes aspectos não são objecto das presentes notas.

A finalizar os registos biográficos apresentados, diga-se que Quirino era um grande admirador do general Manuel Gomes da Costa (1863-1929), cartearando-se com ele em 1922 e entre 1926 e 1928, mas infelizmente só se conhecem as sete cartas que lhe enviou³⁷. Esta vertente epistolar configura uma grande lacuna historiográfica para a percepção dos seus tempos e modos políticos³⁸, e, por conseguinte, urge promover a sua desocultação se tal ainda for possível.

³⁶ Cfr. «A resposta de Quirino de Jesus a Cunha Leal sobre o convite feito a Raúl Esteves para entrar numa revolução», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 5.º ano, n.º 1242, 29 de Abril de 1925, p. 5.

³⁷ Cfr. Ernesto Castro Leal, «Uma atitude política solidária/Cartas inéditas do Dr. Quirino de Jesus para o General Manuel Gomes da Costa/1922-1928», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, série 2, volume 9, n.º 2, Julho-Dezembro de 1994 (no prelo).

³⁸ Até 1994 só se conhecia uma pequeníssima carta de Quirino a Afonso Costa, datada de 14 de Abril de 1910, sobre a «questão Hinton», onde trata por «tu» o então

Quando ocupava os cargos de vogal do Conselho Superior das Colónias e de governador do Banco Nacional Ultramarino, foi acometido de síncope cardíaca, vindo a falecer na sua casa da Avenida da Liberdade, 211-3º Dto, em Lisboa, cerca das 23 horas do dia 3 de Abril de 1935. Salazar estará presente junto à urna, no dia do funeral (5 de Abril), e já tinha enviado no dia anterior o seguinte telegrama de condolências:

«Profundamente comovido, desaparecimento inesperado, bom amigo, envio a V. Ex.^a sentidos pêsames»³⁹.

Ficou sepultado em jazigo de família no lisboeta Cemitério dos Prazeres (Campo de Ourique).

Para o historiador do contemporâneo, Quirino Avelino de Jesus, é uma figura incontornável na dinâmica da vida pública portuguesa entre 1893 e 1935. Não se apresenta fácil a formalização concreta do seu pensamento aplicado, com incidência no imediato político, sem antes se fazer um levantamento exaustivo dos seus artigos, seguido de análise ajustada às várias conjunturas, para depois se definirem, em análise estrutural, as suas unidades e diversidades de realização.

2. Aspectos do pensamento

O universo publicista de Quirino de Jesus é amplo — constituem-no centenas de artigos de imprensa, opúsculos sobre a «Questão Hinton» e quatro livros —, abarcando um período onde se deram três revoluções (5 de Outubro de 1910, 5 de Dezembro de 1917 e 28 de Maio de 1926) e onde tiveram lugar experiências políticas de natureza muito diferente, desde os anos 90 do século XIX.

É provavelmente um dos únicos mentores de opinião que, de 1893 a 1932, acompanhou criticamente a vida nacional, nela deixando marcas realizadoras significativas, com um provável interregno no publicismo de imprensa entre 1910 e 1917, a não ser que tivesse publicado artigos em jornais da Madeira, aspecto ainda não investigado. Por conseguinte, antes do levantamento exaustivo do seu itinerário intelectual e correlativa compreensão, a síntese do

deputado republicano; cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Correspondência Política de Afonso Costa (1896-1910)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 340-341.

³⁹ *Diário da Manhã*, Lisboa, ano V, n.º 1425, 5 de Abril de 1935, p. 1.

pensamento organizado — que tem ritmos diferentes, quanto mais não seja porque a sociedade portuguesa fez várias viragens — apresenta-se muito provisória.

Apesar de se poder encontrar alguns fios condutores na insistência doutrinária (em particular nas áreas religiosa, colonial e económico-financeira) ou na *praxis* política — revelando um fundo estrutural de pensamento —, a orientação metodológica mais profícuca parece ser o encontro da resposta que foi dando às várias conjunturas, e que podem ser definidas por estes três principais ciclos publicistas: 1893/1903, 1908/1910 e 1917/1926.

Nesta fase da investigação, a prudência aconselha a que se apresente somente algumas perspectivas de análise parcial, em torno de certos problemas — religiosos, coloniais e políticos, deixando de lado os económico-financeiros ⁴⁰ e os político-administrativos ⁴¹, por estarem desajustados à presente Revista —, perspectiva que se adopta para não se cair no pântano dos substantivos convenientes.

2.1. O vínculo matricial à «doutrina social» da Igreja católica

O estudo do seu pensamento não pode ser feito a partir de um axioma teórico prévio, em virtude do desinteresse pela polarização ideológica e preocupação-base com a aplicação e o sincretismo, situando-se (é certo) dentro de uma visão social orgânica e evolutiva de matriz católica. Desse modo se compreenderá, por exemplo, a indiferença face à «questão do regime» ou a prática de uma visão administrativa da política, que oscilou entre o contratualismo e o institucionalismo.

⁴⁰ Para uma inserção global das ideias económicas de Quirino, cfr. Jorge Borges de Macedo, «A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo», Separata de *Economia*, Lisboa, vol. III, n.º 3, Outubro de 1979, pp. 427-453; quanto a posições económicas definidas nos anos 20 e 30, cfr. Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos», in AA.VV., *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 185-208.

⁴¹ No que diz respeito ao problema autonómico da Madeira e dos Açores, e como Quirino o viu no ano de 1923, é de todo o interesse o estudo de Nelson Veríssimo, «Autonomia insular/As ideias de Quirino Avelino de Jesus», *Isleña*, Funchal, n.º 7, Julho-Dezembro de 1990, pp. 32-36.

Apesar de ter propensão para o doutrinário prático, o ideário radicava basicamente na doutrina (ou ensino?) social da Igreja católica, explicitada nas Encíclicas do Papa Leão XIII, da qual foi um devotado publicista no diário católico *Correio Nacional*, entre 1894-1897 e 1901-1902. Assim sendo, o formulário político dispunha da ideia de «autoridade com sobrenatural», dentro de uma visão moderada de separação da Igreja e do Estado, afastando claramente os vários jacobinismos. Ajustam-se-lhe bem as palavras que escreveu Abúndio da Silva, em Janeiro de 1911, quando este se auto-definia:

«Erguemo-nos altivamente contra todos os jacobinismos, o da esquerda e o da direita, o dos livres-pensadores carbonários e o dos católicos irreduzíveis, [isto é], o jacobinismo vermelho (...) e o jacobinismo branco (...)»⁴².

A história de vida de Quirino incorporou, de facto, esse combate pela divulgação das «encíclicas de magistério», sendo um irreduzível adepto da orientação político-religiosa do Papa Leão XIII, que o Papa Bento XV haveria de aconselhar à situação portuguesa por meio da Encíclica de 18 de Dezembro de 1919: os católicos deviam acatar a forma de regime vigente e aceitar os cargos públicos para que fosse nomeados.

No final da Monarquia, afastou-se daqueles que insistiam em enunciados «regalistas» e, durante a I República, esteve separado dos católicos que esperavam da restauração monárquica o «resgate» do Catolicismo — era o método do *politique d'abord* —, seguindo orientações «pragmáticas» para impôr as liberdades essenciais da Igreja católica.

A oposição ao aparecimento do Partido Nacionalista, em 1903, não foi mais do que a crítica ao perigo de um partido «confessional», e o seu confronto com Fernando de Sousa («NEMO»), em 1925, revelou a continuação da polémica entre católicos que vinha do século passado⁴³, como o já tinha evidenciado também, em 1922-1923,

⁴² M. Abúndio da Silva, «Dois jacobinismos», *Correio do Norte*, Porto, ano I, n.º 164, 11 de Janeiro de 1911, p. 1.

⁴³ Para as alterações entre «NEMO» e Quirino e bem assim registos memorialísticos de ambos, cfr. NEMO, «'O 18 de Abril'»/O livro do sr. Botelho Moniz», *A Época*, Lisboa, ano VII, n.º 2234, 16 de Outubro de 1925, p. 1, e Quirino de Jesus, «O Centro Católico e 'A Época'», cit.

o confronto de Salazar com o mesmo «NEMO»⁴⁴. A política de *A Época*, isto é, de «NEMO» e dos católicos-monárquicos, haveria de ser condenada pelo Episcopado, que recomendaria aos católicos a leitura do diário *Novidades*. Ao lema dos católicos-monárquicos («Deus, Pátria e Rei», por vezes até, a prática política parecia indicar «Rei, Pátria e Deus»), os católicos-centristas (ou do *ralliement*) opunham o lema «Deus e Pátria», sem referência à forma de regime, seguindo uma metodologia política gradualista: será o «de-vagarinho, passo a passo», que Salazar revelou nas entrevistas dadas a António Ferro em 1932, para o *Diário de Notícias*, de Lisboa.

Quirino sempre recusou uma concepção pagã da vida privada ou pública e, desse modo, publicitou e contribuiu para o reconhecimento na prática jurídico-institucional de valores fundamentais do Catolicismo: missão divina da Igreja, relatividade das formas sociais, não subordinação da Igreja ao Estado, liberdade individual sem sacrifício à sociedade, reforma interior da pessoa, elevação da condição humana, missionação.

2.2. O «terceiro império lusitano»

Um dos pontos de convergência entre a doutrina social da Igreja e a dimensão imperial portuguesa, encontrou-o Quirino no desenvolvimento das Missões religiosas ultramarinas como meio imprescindível para a colonização africana. Desde a sua primeira obra *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas* (1893), passando pelos artigos doutrinários e práticos na revista *Portugal em África* (1894-1901), onde havia em cada número uma secção intitulada «Crónica das Missões», até à colaboração no citado Decreto de 1920 ou à feitura do Acto Colonial de 1930, o publicista interveio nessa área, numa grande intimidade com as missões da Congregação do Espírito Santo em Angola. Um dos grupos informais que manteve durante anos será precisamente constituído por padres dessa Congregação (padres José Maria Antunes, José Alves Terças, Leconte ou Luís Moraton).

A definição da inicial posição colonial foi muito influenciada pelo pensamento do progressista e católico Henrique de Barros Gomes

⁴⁴ Para o debate entre «NEMO» e Salazar, cfr. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, cap. IV, pp. 287-300.

(ministro dos Estrangeiros entre 1886 e 1890) que, como se sabe, praticou o germanismo na política externa, produzindo uma avaliação muito negativa da aliança luso-britânica e que conduziria ao *Ultimatum inglês* de 11 de Janeiro de 1890⁴⁵. Seduzido pelo célebre «Mapa-cor-de-rosa» de Barros Gomes, quer dizer, pela construção portuguesa de um Brasil em África, ligando territorialmente Angola a Moçambique⁴⁶, perderia contudo as ilusões após o *Ultimatum*. Em 1894, era peremptório:

«Hoje, em face dos tratados, a fundação de um Brasil africano, estendido do Atlântico ao Índico, é um sonho impossível. Temos de parar fatalmente, por força de duas convenções iníquas e espoliadoras, apesar da justiça e da história, diante das águas do Cassai, das montanhas de Caomba e das cachoeiras de Catima (...)»⁴⁷.

Desfeito o «sonho» cor-de-rosa do Mapa, Quirino será um dos teorizadores do «terceiro império lusitano» (é dele a designação), cuja base firme assentaria em Angola e no Congo português. Veja-se a sua opinião:

⁴⁵ Com vista a uma leitura situada do *Ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, cfr. a análise sugerida ao longo do ensaio de Jorge Borges de Macedo, «Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses/Ensaio de formalização concreta», *Estudos Portugueses/Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Ministério da Educação, 1990, pp. 193-213.

⁴⁶ Não se pense que esta ideia de Barros Gomes não tinha audiência noutras áreas políticas. Por exemplo, o republicano Basílio Teles exprimia em 1905 a seguinte opinião: «O mapa cor de rosa! Esta expressão condensa uma filosofia. Melhor do que longas narrativas e reflexões complicadas, ela pinta com vigor e fidelidade o temperamento de um povo. Fundar um grande império na África do Sul, como defronte, na outra ourela do Atlântico, cimentámos os alicerces dum outro, não menos rico e grandioso — que projecto heróico e genial! Não era restabelecer a continuidade da nossa obra messiânica ao cabo de três séculos de agonizar inglório e angustioso? Não era emergir dum sonho de chumbo, apenas entrecotado, de onde em onde, por pesadelos obscuros e por bruscos sobresaltos, acordando magnificamente, definitivamente, para a vida e para a História, talvez para a hegemonia a exercer no globo, em vias de transformar-se? (...)» (*Do Ultimatum ao 31 de Janeiro/Esboço de história política*, Porto, Edição do Autor, 1905, p. 10).

⁴⁷ Quirino Avelino de Jesus, «Angola e Congo ou o terceiro império lusitano», *Portugal em África*, Lisboa, n.º 1, Janeiro de 1894, p. 12.

«(...) é principalmente para a nossa África ocidental, é sobretudo para esses nossos sertões continentais d'além Zaire, que devem agora confluír e objectivar-se as atenções, os cometimentos, os esforços, os heroísmos e os sacrifícios exigidos eloquentemente, como afirmação da nossa restante vitalidade, pelos mais elevados princípios e interesses da religião, da política, da administração, da moral, do direito e da economia (...)»⁴⁸.

Aconselhou a orientação africana para o fluxo emigratório que então ia para o Brasil, tendo em vista a colonização interna de Angola e Moçambique, desenvolvida através do apostolado missionário, do aldeamento das «tribos selvagens», da fusão «sistemática de elementos indígenas e metropolitanos», da criação de companhias e empresas colonizadoras (mineiras, agrícolas e comerciais) controladas por Portugueses, da construção de uma eficaz máquina político-administrativa. Contudo, um problema de base enunciava: o rumo português para África devia ser preparado, com a formação técnica adequada dos quadros dirigentes e médios, em escolas de ensino (públicas e particulares) vocacionadas especificamente para essas realidades concretas, as quais, segundo ele, se podiam inspirar no «admirável» modelo de educação colonial inglesa⁴⁹.

Se Quirino absorveu entre 1890 e 1893 alguma anglofobia decorrente do clima público subsequente ao *Ultimatum*, a partir de 1894 valorizará a tradicional aliança com a Grã-Bretanha e, em 1901, já defendia abertamente o seu «revigoramento» e apresentava a seguinte reflexão histórica:

«A dinastia de Aviz, fraternizando com a Inglaterra, firmou a nossa independência. A de Bragança, apertando os mesmos laços, consolidou-a decerto para sempre; e assim escudados e fortalecidos conseguimos criar uma esplêndida sociedade civilizada no

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 3. Para uma visão global da vida nacional, entre 1890 e 1926, cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vols. X, XI e XII, Lisboa, Editorial Verbo, s.d.; uma síntese historiográfica recente sobre a problemática colonial portuguesa em África, encontra-se em João Medina, «O terceiro império português/O império africano/ O sonho dum 'novo Brasil em África'», *História de Portugal* (dirigida por João Medina), vol. V, Alfragide, Ediclíbe, s.d. [1993], pp. 207-257.

⁴⁹ Cfr. Quirino Avelino de Jesus, «Educação colonial portuguesa», *Portugal em África*, Lisboa, n.º 84, Dezembro de 1900, pp. 593-601.

Brasil (...). As suas vantagens foram maiores do que as nossas, mas nem por isso é pequena a de termos conservado um nome no mapa da Europa e estabelecido uma gloriosa descendência da nossa raça na América do Sul (...)»,

situação que via possível também acontecer, a coberto da mesma Aliança, nos territórios portugueses de África ⁵⁰.

Outro dos problemas do «mundo» político-colonial que interessa sinalizar, no âmbito destas notas, prende-se com a perspectiva político-administrativa defendida por Quirino para esses territórios. Fazendo parte, por via da posição adquirida na Caixa Geral de Depósitos, da burocracia do Terreiro do Paço, não é de admirar que penda para uma posição centralista, onde as opções a tomar estavam sempre condicionadas pela situação financeira do Estado e pelos recursos em quadros administrativos. No entanto, não se afigura correcto definir um único tempo político para as suas posições, explanadas entre 1894 e 1932. Se ele é co-autor do Acto Colonial de 1930, que consagrou juridicamente a perspectiva política centralista no debate colonial (cuja expressão paradigmática é o conceito de «Império Colonial Português»), também é verdade que advogou, por diversas vezes, a inevitável descentralização de funções administrativas nas colónias portuguesas de Moçambique e Angola ⁵¹.

O conceito que melhor se ajusta para estas suas posições, e que várias vezes utiliza, é o de «autonomia relativa», usado também a propósito da Madeira e dos Açores. Partindo de uma reflexão de base sobre o Estado, condicionava o alargamento autonómico de Angola e Moçambique à prioridade dada ao equilíbrio das finanças públicas, à qualidade dos quadros da administração colonial, ao número de emigrantes continentais, ao valor do fomento económico, ao grau de civilização dos povos autóctones, sem que se deixasse de acautelar as

⁵⁰ Idem, «A aliança e a política de Portugal», *ibidem*, n.º 85, Janeiro de 1901, p. 10.

⁵¹ Cfr., por exemplo, Quirino Avelino de Jesus, «Discurso parlamentar acerca de Inhambane e Lourenço Marques», *Portugal em África*, Lisboa, n.º 26, Fevereiro de 1896, pp. 49-63 (o discurso foi proferido na sessão de 23 de Janeiro de 1896); Quirino de Jesus, «O novo regime da África Portuguesa», *O Economista Português*, Lisboa, 2.ª série, 11.º ano, n.º 83, 31 de Maio de 1919, pp. 1033-1034; Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos, *A Crise Portuguesa/Subsídios para a política de reorganização nacional*, Porto, [Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.], 1923, pp. 27-28.

posições nacionais do Ministério da Marinha e Ultramar e depois, na I República e no «Estado Novo», do Ministério das Colónias. Estava próximo das posições centralistas do seu amigo político António Teixeira de Sousa (apesar de ter enunciados mais autonomistas) e afastado das posições abertamente descentralistas de Eduardo Costa, António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Henrique de Paiva Couceiro, Alfredo Freire de Andrade ou José de Macedo ⁵².

Quirino foi um estudioso das colónias portuguesas e divulgador de um pensamento prático para um novo «empório lusitano», o qual influenciou ampla área da elite portuguesa. No fundamental, recusava admitir que o «terceiro império lusitano» tomasse na essência a forma de «colónias de funcionários». Porém, ao analisarmos o percurso português em África bem se pode afirmar que não se criou o pretendido império económico, mas sim uma dominação militar e administrativa, onde, por essa razão, se evidenciou um imaginário nacionalista de heroísmo, com dois símbolos fortes de heróis-militares: Mouzinho de Albuquerque, o herói sobre os Vátuas (Moçambique) e João de Almeida, o herói sobre os Dembos (Angola). Ambos haviam de ser protagonistas de tentações autoritárias sobre o Poder, constituindo-se até, em torno do primeiro, um grupo de pressão informal que ficou conhecido pelo nome de «Endireitas».

2.3. Posições políticas

No espaço temporal sondado por estas notas, Quirino situou-se sempre na defesa de um «fundamento cristão» para o Estado e na salvaguarda do «princípio da hierarquia» dentro da Igreja católica, o mesmo é dizer que era receptivo ao princípio de separação entre os poderes temporal e espiritual.

Inicialmente adepto de um funcional modelo rotativo de governação pública (bloco conservador e bloco progressista), quer no

⁵² Cfr., por exemplo, Eduardo da Costa, *Estudo sobre a administração civil das nossas possessões africanas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903 (memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional de 1901); António Enes, *Moçambique/Relatório apresentado ao Governo*, 3.ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946 (1.ª edição: 1893); José de Macedo, *Autonomia de Angola/Estudo de administração colonial*, 2.ª ed., Lisboa, Centro de Socioeconomia/Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1988 (1.ª edição: 1910).

constitucionalismo monárquico quer no constitucionalismo republicano, denunciando assim a adesão à ideia do Estado como sociedade (teoria contratualista), evoluiu, com a degenerescência partidária, primeiro para o apoio a soluções transitórias de governação sem o Parlamento a funcionar (ditadura de Hintze Ribeiro - João Franco, nos meses de Dezembro de 1893 a Outubro de 1894 e de Novembro de 1894 a Janeiro de 1896), depois até se entusiasmou com soluções contraparlamentaristas (ditadura de Sidónio Pais, de Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918) e contribuiu para a modelação teórico-prática da ditadura do «Estado Novo», que foi um exemplo de Estado como comunidade, ou seja, uma aplicação da teoria institucionalista na variante que limita muito a liberdade política⁵³.

Não recusou a ideia presidencialista de governo, embora a entendesse executável somente na fórmula americana (América do Norte, Brasil ou Argentina): Presidente e Parlamento eleitos pela Nação; Governo livremente formado pelo Presidente; dois Partidos rotativos no centro político⁵⁴.

A partir de 1917 definiu, no problema político, uma atitude que o orientará até 1932, e que se pode apresentar como a imprescindível convergência de dois caminhos paralelos mas harmónicos: primeiro, estabelecer, dentro da I República, uma política nacional debatida, onde cooperassem monárquicos e republicanos, religiosos e agnósticos, patrões e trabalhadores; segundo, impor uma «governação anormal, renovadora e vigorosa», para superar a crise nacional e continuar a construir o que apelidaria de «sociedade conservadora, moderada e religiosa».

Logo a seguir ao assassinato de Sidónio, defenderia uma «linha média central» entre os extremos políticos (democratismo e monarquismo), por onde

⁵³ Para perceber a sua função político-ideológica no estabelecimento do «Estado Novo», cfr. Quirino Avelino de Jesus, *Nacionalismo Português*, Porto, [Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.], 1932; *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, cit.; João Medina, «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo», *História de Portugal* (dirigida por João Medina), vol. XII, Alfragide, Ediclube, s.d. [1993], pp. 50-55 [«O relatório preliminar da Constituição de 1933 e o papel ideológico de Quirino Avelino de Jesus»].

⁵⁴ Quirino de Jesus, «A República Nova» e «As Constituições Presidenciais Americanas», *O Economista Português*, Lisboa, 2.ª série, 10.º ano, n.º 19, 17 de Fevereiro de 1918, pp. 265-267.

«o sidonismo, embora sujeito a oscilações do período orgânico, pretendia chegar a um estado de equilíbrio político em todo o país. É claro que isso não se pode conseguir sem continuarem os esforços para a formação de um grande e forte partido conservador dentro da República (...)»⁵⁵.

Se essa era a solução de sistema político preconizada para acabar com o «regime dos pronunciamentos militares», não excluiria a viabilidade de uma transitória solução militar para repor a crise da autoridade do Estado. Nos finais de Dezembro de 1918, divulgou, a este respeito, um pensamento, que o acompanhará também na intervenção política:

«O exército, com a sua disciplina e a sua honra, que sobrenadam a tantas revoluções e desordens parciais, é a última base da resistência nacional. Quando fosse impossível a ordem pública sem uma ditadura militar, a ela se teria de recorrer para salvação da pátria. Seria uma solução transitória indispensável para chegar ao estabelecimento de um poder civil seguro (...)»⁵⁶.

Basílio Teles, por exemplo, exporia no ano seguinte idêntica opinião, num artigo publicado no diário do Partido Republicano Conservador⁵⁷. Este é, aliás, um ponto de vista que ganhou grande audiência junto da elite política da época, onde se deve inserir a ressonante conferência «O Exército e a Política», proferida por Francisco da Cunha Leal, a 17 de Dezembro de 1923 na Sociedade de Geografia de Lisboa, dentro da mesma ideia de Quirino e de Basílio Teles⁵⁸.

A Revolução de 28 de Maio de 1926 foi o ponto de chegada dessa agitação multiforme por uma governação excepcional — sustentada pela Força Armada —, mas os projectos políticos que para aí convergiram, haviam de se confrontar na evolução da Ditadura Militar imposta. Quirino, discretamente, esteve também envolvido, surgindo nos bastidores, com grande impacto, a partir de 1930,

⁵⁵ Quirino de Jesus, «Realidades da situação», *O Economista Português*, Lisboa, 2.ª série, 10.º ano, n.º 61, 28 de Dezembro de 1918, p. 770.

⁵⁶ Quirino de Jesus, «Realidades da situação», *cit.*, p. 771.

⁵⁷ Basílio Teles, «O Exército e a Política», *O Jornal*, Lisboa, ano I, n.º 9, 9 de Agosto de 1919, p. 1.

⁵⁸ Cfr. esta conferência em Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Sociedade Editora Artur Brandão & Cª, s.d. [1926], pp. 172-194.

como conselheiro económico-financeiro, colonial e político de Oliveira Salazar.

III. CONSIDERAÇÃO FINAL

Através destes fragmentos de identidade e aspectos do pensamento de Quirino Avelino de Jesus, procurou-se revelar e entender faces da sua vivência pública. Estamos conscientes da falta de aprofundamento de alguns aspectos tratados e do esclarecimento de outros, tarefa que continuamos a levar a cabo. Só depois de (re)construída grande parte da sua teia de relações e da compreensão dos vários ritmos do seu pensamento — desde já se adverte para o importante papel desempenhado no período de 1926 a 1932 —, se pode então enveredar pela formalização concreta do universo mental e político deste funchalense que, no ocaso da Monarquia Constitucional, na segunda metade da I República e entre a Ditadura Militar e o «Estado Novo», ao lado do publicismo insistente, colaborou com vários ministros na elaboração de diplomas que tiveram aplicação real; entre esses ministros, refira-se Jacinto Cândido da Silva, Henrique de Barros Gomes, António Teixeira de Sousa, Alfredo Rodrigues Gaspar, Álvaro de Castro, Manuel Gregório Pestana Júnior e António de Oliveira Salazar.